

ATUAÇÃO DO BRASIL NA GOVERNANÇA AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE (APOIO UNIP)

Aluno: Ricardo de Oliveira Datilo Borba

Orientador: Prof. Me. Maurício Cassar

Curso: Relações Internacionais

Polo: Cotia

A presente pesquisa teve como objetivo uma análise sobre a governança ambiental brasileira. No final da década de 1960, diante da iminência de eventos climáticos globais agravados pela ação humana, temas como meio ambiente passaram a ser discutidos pelos Estados, com a finalidade de proteger o ecossistema e melhorar a qualidade de vida das sociedades, sempre com a preocupação de não impactar o desenvolvimento econômico. Em 1968, a Suécia e países nórdicos propuseram uma conferência internacional sobre o meio ambiente, coordenada pela UNESCO, abrindo caminhos para futuros encontros como a Conferência de Estocolmo em 1972, a Eco-92 em 1992, a Rio+10 em 2002 e a Rio+20 em 2012, dando origem a compromissos e acordos multilaterais firmados, sendo o Brasil um signatário desses acordos. O Acordo de Paris, assinado por 195 países, incluindo o Brasil, em 12 de dezembro de 2015, é um compromisso mundial sobre as alterações climáticas e prevê metas para a redução da emissão de gases do efeito estufa, com o objetivo de manter o aumento da temperatura global abaixo de 2 °C. O Brasil se comprometeu a reduzir até 2025 suas emissões de gases de efeito estufa em até 37%, comparados aos níveis emitidos em 2005. A governança ambiental e a sustentabilidade são um grande desafio para a atualidade, pois como os problemas ambientais impactam todo o globo, a discussão sobre a soberania e interdependência ecológica das nações eleva a complexidade da discussão e da busca de soluções para o problema. Os desafios para o Estado brasileiro são muitos, pois ele tem que orquestrar os atores da sociedade rumo ao desenvolvimento sustentável, respeitando os acordos ambientais firmados.